

**REVOGADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11, DE 5 DE NOVEMBRO DE 2020**

**~~RESOLUÇÃO Nº10, de 08 de novembro de 2004.~~**

~~Estabelece regras para a organização dos Conselhos da Comunidade nas Comarcas dos Estados, nas Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal e nas Seções Judiciárias da Justiça Federal, e dá outras providências.~~

~~O Presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), no uso de suas atribuições, tendo em vista o deliberado nas reuniões realizadas em 28 e 29 de outubro, em Porto Alegre e 8 de novembro de 2004, em Brasília e,~~

~~CONSIDERANDO o disposto nos artigos 61, VII; 66, IX, 80, 81, 139 e 158, § 3º da Lei 7.210 de 11/07/1984;~~

~~CONSIDERANDO o que a Lei de Execução Penal (Lei 7.210/84) estabelece quanto à participação da sociedade nos problemas relacionados com a execução da pena;~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de organização uniforme dos Conselhos da Comunidade nas Comarcas dos Estados, nas Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal e nas Seções Judiciárias da Justiça Federal.~~

~~CONSIDERANDO as funções educativa, assistencial e integrativa dos  
Conselhos da Comunidade;~~

~~CONSIDERANDO as atribuições e a composição dos Conselhos da  
Comunidade;~~

~~CONSIDERANDO a necessidade de efetivar-se a participação da sociedade na  
reinserção do delinqüente, assim como colaborar na fiscalização da  
execução da pena;~~

~~CONSIDERANDO que uma das causas da reincidência é a falta de assistência  
adequada por parte da comunidade ao preso e ao egresso;~~

~~CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2003  
deste Conselho, que versa sobre as Diretrizes de Política Criminal e  
Penitenciária,~~

**RESOLVE:**

~~Art. 1º. O Conselho da Comunidade é órgão de colaboração e  
fiscalização da execução da pena.~~

~~Art. 2º. O juízo da execução penal das Comarcas dos Estados, das  
Circunscrições Judiciárias do Distrito Federal e das Seções Judiciárias da  
Justiça Federal instalará o Conselho da Comunidade e procederá à nomeação  
dos seus membros, observadas as disposições legais e os critérios desta  
Resolução.~~

~~Art. 3º - As atribuições do Conselho da Comunidade serão exercidas nos limites territoriais da respectiva Comarca, Circunscrição Judiciária ou Seção Judiciária.~~

~~Art. 4º - O Conselho da Comunidade poderá ser integrado por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil; da associação comercial ou industrial; do Conselho Regional de Serviço Social; de entidades religiosas e educacionais; de associações sem fins lucrativos; de clubes de serviços e de sindicatos.~~

~~Parágrafo único - O mandato dos membros do Conselho da Comunidade será de três anos, permitida a recondução.~~

~~Art. 5º - Ao Conselho da Comunidade incumbirá:~~

~~I - visitar, pelo menos mensalmente, os estabelecimentos e os serviços penais existentes na Comarca, Circunscrição Judiciária ou Seção Judiciária, propondo à autoridade competente a adoção das medidas adequadas, na hipótese de eventuais irregularidades;~~

~~II - entrevistar presos;~~

~~III - apresentar relatórios mensais ao Juízo da Execução e ao Conselho Penitenciário;~~

~~IV - diligenciar a obtenção de recursos materiais e humanos para melhor assistência ao preso ou internado, em harmonia com a direção do estabelecimento;~~

~~V - colaborar com os órgãos encarregados da formulação da política penitenciária e da execução das atividades inerentes ao sistema penitenciário;~~

~~VI - realizar audiências com a participação de técnicos ou especialistas e representantes de entidades públicas e privadas.~~

~~VII - contribuir para a fiscalização do cumprimento das condições especificadas na sentença concessiva do livramento condicional; bem como no caso de suspensão condicional da execução da pena e fixação de regime aberto;~~

~~VIII - proteger, orientar e auxiliar o beneficiário de livramento condicional;~~

~~IX - orientar e apoiar o egresso com o fim de reintegrá-lo à vida em liberdade;~~

~~X - fomentar a participação da comunidade na execução das penas e medidas alternativas;~~

~~XI — diligenciar a prestação de assistência material ao egresso, como alimentação e alojamento, se necessária;~~

~~XII — representar à autoridade competente em caso de constatação de violação das normas referentes à execução penal e obstrução das atividades do Conselho;~~

~~Art. 7º - São igualmente atribuições do Conselho da Comunidade, sem prejuízo de suas funções específicas:~~

~~I — eleger e dar posse ao Presidente;~~

~~II — elaborar e aprovar o seu regimento interno;~~

~~III — instituir comissões especiais ou permanentes;~~

~~IV — deliberar sobre matéria administrativa no âmbito de suas atribuições.~~

~~Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

**~~ANTÔNIO CLÁUDIO MARIZ DE OLIVEIRA~~**

~~Presidente~~

~~Publicada no DOU nº 220, de 17/11/2004, Seção 1, p. 48.~~

